

CISHETEROPATRIARCADO E PESSOAS TRANS: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS.

Victória Aryadne Negris Gaspar¹

Mirla Cisne²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os desafios que o sistema cisheteropatriarcal impõe sobre pessoas trans e as maneiras de resistência a esse sistema. Trouxemos a relação do cisheteropatriarcado com as vivências de pessoas trans, identificando as principais dificuldades que essa população perpassa diariamente e suas formas de luta. As violações sobre pessoas trans ocorrem em todos os âmbitos sociais, visto que, nessa sociedade patriarcal ao qual vivemos. Apenas é “tratado como normal” pessoas cis-hetero, resultando em discriminação, objetificação do corpo, desrepeito às pessoas trans, violência e dificuldade de acesso às políticas sociais e direitos, muitas vezes por estigmas e preconceitos. Nesse sentido, apesar da sociedade ter perpassado por intensas transformações, a desinformação sobre diferenciação de gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, faz com que torne essa temática pouco compreensível, alimentando o sistema cisheteropatriarcal e a compactuação na violação de direitos e existência da população trans. O método utilizado foi o materialismo histórico dialético, com uma pesquisa qualitativa de tipo bibliográfica e de campo. Foram realizadas duas

¹Discente do curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: negris.victoria.vn@gmail.com.

²Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: mirlacisne@uern.br.

entrevistas estruturadas com sujeitos que se incluem no perfil, ou seja, pessoas com identidade trans, estas têm entre 20 a 30 anos. Destacamos como principais conclusões que a cisheteronormatividade compulsória alimenta uma disforia corporal³ em cima de corpos trans contribuindo para a desigualdade social dificultando a capacidade da pessoa trans de serem reconhecidas e respeitadas socialmente. Atua de forma a dificultar a vida dessa população, mas em todos os preconceitos, a busca por respeito e direitos se faz presente. A inserção no mercado de trabalho é um dos maiores desafios para a população trans, por ser uma forma de conseguir a subsistência para sobreviver de forma digna e não recorrendo a usarem seu corpo como venda. Assim, dentro de uma sociedade que não só discrimina, viola e violenta, mas é desigual em sua estrutura, ou seja, é capitalista, racista e patriarcal, as resistências e lutas são o único caminho para a sobrevivência da população trans.

Palavras chave: Cisheteropatriarcado. identidade de gênero. Transexual/transgênero. Desafios. Resistência.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the challenges that the cisheteropatriarchal system imposes on trans people and the ways of resistance to this system. We brought the cisheteropatriarchy's relationship with the experiences of trans people, identifying the main difficulties that this population goes through daily and their ways of fighting. Violations against trans people occur in all social spheres, since in this patriarchal

³ O conceito da disforia corporal ou disforia de gênero citada no artigo é um conceito mais comum nas áreas da psicologia e medicina, além de outras profissões da equipe multiprofissional em saúde. E é de suma importância estudarmos e contextualizarmos o que é disforia de gênero ou disforia corporal.

Disforia de gênero é uma condição caracterizada pelo desconforto persistente com características sexuais ou marcas de gênero que remetem ao **gênero atribuído** ao nascer. A **orientação sexual** da pessoa com a condição pode ser qualquer uma e não é analisada neste diagnóstico. Tal condição não se trata de uma depravação sexual.

society in which we live. Only cis-hetero people are "treated as normal", resulting in discrimination, objectification of the body, disrespect for trans people, violence and difficulty in accessing social policies and rights, often due to stigma and prejudice. In this sense, despite the fact that society has gone through intense transformations, the misinformation about gender differentiation, gender identity, sexuality and sexual orientation, makes this theme difficult to understand, feeding the cisheteropatriarchal system and the compaction in the violation of rights and existence of the trans population. The method used was dialectical historical materialism, with a qualitative bibliographical and field research. Two structured interviews were carried out with subjects who are included in the profile, that is, people with trans identity, these are between 20 and 30 years old. We highlight as main conclusions that compulsory cisheteronormativity feeds a body dysphoria over trans bodies, contributing to social inequality, making it difficult for trans people to be recognized and respected socially. It acts to make life difficult for this population, but in all prejudices, the search for respect and rights is present. Insertion in the labor market is one of the biggest challenges for the trans population, as it is a way to earn a living in order to survive in a dignified manner and not resort to using their bodies as a blindfold. Thus, within a society that not only discriminates, violates and violent, but is unequal in its structure, that is, it is capitalist, racist and patriarchal, resistance and struggles are the only way for the survival of the trans population.

Keywords: Cisheteropatriarchy. Gender identity. Transsexual/transgender. Challenges, Resistance.

1. INTRODUÇÃO

O artigo a ser apresentado tem como objetivo refletir sobre os desafios que o sistema cisheteropatriarcal impõe sobre pessoas trans e as maneiras de resistência a esse sistema. Em outras palavras, buscaremos compreender a relação do cisheteropatriarcado com a vivência de pessoas trans, identificando as principais

dificuldades e resistências que essa população passa diariamente dentro desse sistema.

A temática, no entanto, será debatida de forma sucinta, dentro dos limites de um artigo. Foi escolhida por ser um tema sensível dentro de uma realidade presente no meu cotidiano, que ao ser casada com um homem trans visualizo suas dificuldades, lutas e resistências a esse sistema Cisheteropatriarcal. Essa temática também teve como impulso uma aula realizada no ambulatório LGBT de Mossoró, da faculdade de enfermagem da UERN, na qual a assistente social Camila Mesquita trouxe como um questionamento de demandas sociais e o anseio das pessoas trans e travestis de se consultarem por medo do despreparo da abordagem e das violências e violações institucionais dos profissionais da saúde.

Ou seja, essas demandas de lutas que essa população sofre é algo que me intriga e me deu força para entrar junto nessa luta e remeter que vidas trans importam, possibilitando que outras pessoas leiam e se sintam também intrigadas e instigadas a entrarem nessa luta.

O método a ser utilizado no artigo será o Materialismo Histórico-Dialético. Esse método está ligado à teoria marxista. Partindo da relação teoria e método, do mundo material, concreto e, nesse sentido, tal método busca compreender as determinações do real. Pois, é através do materialismo histórico-dialético que vamos ter ferramentas para analisar a realidade das pessoas trans para além das ideologias e aparências, mas dentro da concretude do sistema cisheteropatriarcal, ao qual se encontra em constante transformação.

Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). Prossigamos: para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica - por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. (NETTO, 2011, p. 21-22)

Assim, o método implica na perspectiva do sujeito de pesquisa, pois conhecer e colocar um fenômeno em movimento significa visualizar as suas determinações. Nosso intuito é buscar analisar as formas de luta e resistência da população trans em sua ontologia, dentro desse sistema cisheteropatriarcal que é regido por contradições.

O método não considera que nenhum fenômeno deve ser visto de forma isolada, em virtude da sua vinculação com a sociedade a fim de desconstruir o sistema cisheteropatriarcal, resistindo e lutando a todas as formas de opressão postos sobre a população trans. Entendemos então, que as pessoas trans devem ser tratados de forma igualitária e com equidade, com políticas públicas, direitos e respeito, socialmente dentro da sua totalidade.

Para contribuir com o método acima, utilizamos a natureza da pesquisa qualitativa ao qual requer do pesquisador atitudes como abertura, flexibilidade, capacidade de observação e de interação com o grupo pesquisado, possibilitando fatores positivos, condições de adaptação e correção de instrumentos de pesquisa durante o processo, revisando os objetos da investigação (MINAYO, 2000). Dessa forma realizamos uma pesquisa qualitativa de dados, pois temos como objetivo dar voz aos sujeitos de pesquisa, articulada com a pesquisa bibliográfica e de campo.

A revisão bibliográfica tratou de temáticas referente ao sistema cisheteropatriarcado e suas particularidades, remetendo como esse sistema viola mulheres e a população LGBTQIA+. Traremos a diferenciação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, frisando na identidade trans sua configuração, particularidades e as formas de resistência e luta a esse sistema.

A pesquisa de campo, por sua vez, foi utilizada a técnica *snowball sampling* ou “Bola de Neve”. É uma técnica que utiliza redes de referência, por isso, torna-se apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso ou temáticas mais privadas. Segundo Dewes(2013), para a realização da técnica bola de neve é necessário que possua um intermediário inicial, que localize ou aponte algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa e as pessoas que ele indicou serão solicitadas a indicar mais pessoas que estejam dentro do foco da pesquisa.

O perfil utilizado na pesquisa para escolha dos seus sujeitos, foram pessoas que possuem identidade de gênero trans, entre 20 a 30 anos, no quantitativo de 2 sujeitos para realização da entrevista. Segundo Albuquerque (2009) a técnica “Bola de Neve” não é probabilística, visto que, não determina a probabilidade de seleção de cada participante na amostra e a vantagem de utilizar cadeias de referência é que é mais fácil um membro da população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos, o que constitui um fator de relevância para as pesquisas que pretendem se aproximar de situações sociais específicas. Embora por meio dessa técnica tenhamos conseguido identificar alguns sujeitos trans, tornou-se possível entrevistar apenas duas pessoas, pois além de estudar também trabalho e infelizmente acabou que não ocorreu conciliação de horários com outras pessoas que se disponibilizaram para participar da entrevista.

Na garantia de assegurar os(as) entrevistados(as) de forma ética foi utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) conforme modelo no apêndice. Inicialmente a forma de chegar aos sujeitos era por meio de uma entrevista gravada via *google meet*, semiestruturada, mas devido a problemas técnicos a gravação não

foi realizada, invalidando a entrevista. Portanto, conseguimos refazer as perguntas com os mesmos sujeitos de uma forma estruturada, por técnicas diferenciadas, onde as respostas foram feitas via um questionário do word e áudio no whatsapp.

Os entrevistados(as) foram citados no artigo com nome de pessoas trans que foram assassinados(as) no Brasil, como uma forma de representação e luta. Dandara dos Santos⁴, mulher trans, 42 anos, foi morta no dia 15 de fevereiro de 2017, brutalmente vítima de espancamento, tortura e arma de fogo na cidade de Fortaleza- CE. Thadeu Nascimento⁵, homem trans, 24 anos, morador de Salvador, foi morto a tiros e teve o corpo encontrado no bairro São Cristóvão, após desaparecer de casa, onde segundo familiares, havia sinais de arrombamento e objetos foram levados.

A pesquisa foi realizada com pessoas trans, com foco em dialogar sobre os desafios e resistência dessa população dentro desse sistema cisheteropatriarcal, ressaltando os seus objetos de luta. A Partir das falas dos entrevistados buscamos refletir sobre possibilidades, ideias, vivências, entre outras pautas que possibilite mudanças e inclusão dessa comunidade na sociedade de forma igualitária e respeitosa, expondo como o sistema cisheteropatriarcal afeta de forma negativa na vida dessa pessoas trans e como nós como seres sociais devemos contribuir e se inserir nas lutas pela vida da população trans na derrota desse sistema.

No artigo trago esse entendimento sobre o sistema Patriarcal- Racista- Capitalista, que mesmo com mudanças significativas no decorrer dos anos, o patriarcado ainda se encontra como um sistema forte e contraditório preso dentro de

⁴Caso Dandara dos Santos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Dandara_dos_Santos#:~:text=Em%20um%20segundo%20v%C3%ADdeo%20Dandara.Morreu%20com%2042%20anos%20de>. Acesso em 22 de Setembro de 2022.

⁵ Caso Thadeu Nascimento. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/transsexual-e-encontrado-morto-apos-sumir-de-casa-em-salvador.ghtml>>. Acesso em 22 de Setembro de 2022.

uma totalidade cisheteropatriarcal mesmo desvalorizando, objetificando e excluindo mulheres, pessoas trans e a comunidade LGBTQIA+ da sociedade.

A sociedade por ser fortalecida dentro desse sistema, preconceituoso, cisheteronormativo, racista e patriarcal e com um quadro de desinformação articulado a tabus aos debates sobre os diversos tipos de identidade de gênero, reproduz muitas expressões de violências e exclusão social da população trans, onde deveria ser pauta política, no sentido de afirmar e garantir seus direitos.

Dessa forma, as pautas sobre identidade de gênero gera uma confusão de ideias sobre as diferenciações entre gênero, genitália, orientação sexual e identidade de gênero, dentro do sistema patriarcal, pois as informações que fujam dessa realidade cishetero determinada socialmente corretas e naturais, tornam-se informações isoladas e pouco exploradas, mesmo que a sociedade aparentemente seja desenvolvida.

No segundo tópico, trabalhamos essas diferenciações dentro do sistema Cisheteropatriarcal, remetendo que nosso corpo possui experiências vividas de uma forma bastante singular, que a imagem dele pode instituir quem somos pela determinação socialmente pré-determinada diante da nossa genitália ou por características físicas que formamos ou não, no decorrer da nossa vida. Mas, a nossa genitália não pode determinar nosso sexo, visto que o sexo, gênero e identidade são construções sociais.

No entanto, ao longo de nossas vidas podemos nos identificar com uma identidade divergente da genitália que possuímos, apresentando assim uma identidade de gênero diferente a que é determinada pela sociedade cisheteropatriarcal, como o depoimento explicita: "Olha só, doutor, saca só que genial: sabe a minha identidade? Nada a ver com genital" (Linn da Quebrada, mulher trans⁶).

⁶ 30 frases de Dia da Visibilidade trans que enaltecem a luta LGBTQA +. **42 Frases**. Disponível em: <<https://www.42frases.com.br/frases-dia-da-visibilidade-trans/>>. Acesso em 25 de Setembro de 2022.

Em relação ao conhecimento das diversas formas de compreender “gênero”, é necessário compreender dois aspectos e expressões divergentes em relação às condições de denominação trans e a vivência do gênero a) Identidade de gênero: O que caracteriza as pessoas transexuais e travestis e afins; b) Funcionalidade: Representação feita por crossdressers (pessoas que usam roupas associadas ao gênero oposto no dia a dia), drag queens (artistas performáticos que se vestem com roupas femininas, independente da sua identidade de gênero), drag kings (realizam performance voltada para o gênero masculino) e transformistas (homem que se veste como uma mulher, mas não realiza a resignação de sexo) (JESUS, 2012).

De acordo com Jesus (2012), gênero se refere a formas de se identificar e ser identificado(a) como homem ou mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivo-sexual por alguém de diferentes gêneros e identidades de gêneros. Sendo assim, um aspecto não depende necessariamente do outro.

No ponto em seguida, enfatizamos a identidade trans em seu processo de superação ao binarismo de gênero e ao naturalismo, onde particularizamos a identidade trans e suas singularidades, fazendo essa diferenciação da pessoa transgênero/transsexual com as cisgênero. O indivíduo pode ter qualquer orientação sexual, visto que, nem todo homem ou mulher é “naturalmente” cisgênero e/ou heterossexual. Ao adentrar na discussão sobre gênero, podemos, no entanto, citar que as pessoas não-cisgênero são indivíduos que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado diante seu corpo e sua genitália, intitulando-se como transgêneros ou trans.

Segundo Machado (2000), o patriarcado imposto na sociedade que vivemos remete em geral a um sentido de estrutura fixa de apontamento para o exercício e presença da dominação masculina, acabando por afetar historicamente a população trans que passam a ser perseguidos e estereotipados. Devido à decorrente crença que o “natural” é o gênero ao qual foi denominado em cima da genitália do

nascimento, datando-os como anormais e impondo comportamentos que sejam de acordo com que julgam ser “adequado” para o indivíduo ou seu gênero (JESUS, 2012).

Em conjunto com a ideia acima, JESUS (2012, p.12), remete que a variedade de experiências humanas sobre como se identificar a partir de sua genitália mostra que essa ideia é falaciosa, especialmente, com relação às pessoas trans, que mostram ser possível haver homens com vagina e mulheres com pênis.

É muito comum que pessoas trans utilizem de diferentes recursos estéticos e cirúrgicos para se sentirem bem com seu gênero, mas isso não é uma regra, visto que muitas pessoas trans não possuem disforia com seu físico e não possuem essa necessidade de mudança, no entanto isso não diminui sua identidade de gênero ou o(a) diferencia da sua identidade de gênero.

No Brasil o espaço reservado para pessoas trans é o de desigualdade, não possuindo acesso aos direitos civis básicos, nem ao reconhecimento de sua identidade, onde a luta para garantia de seus direitos fundamentais, tais como direito à vida é algo ameaçado (JESUS, 2012). Estão expostos a violações sobre seus corpos diariamente, repetindo-se em um padrão de crime de ódio, motivados pelo preconceito, estimulado por uma questão cultural, se manifestando de diversas formas, tais como referente à raça e ao gênero os(as) tornando alvos de agressões, vítimas, portanto, de “transfobia”.

O Brasil é o país determinado com o maior índice de mortes da população trans no mundo. No ano de 2021, 140 pessoas transgêneros foram assassinadas em território nacional, segundo o Dossiê⁷ Assassinatos e violência contra Travestis e Transsexuais brasileiras realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022).

⁷Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021/ Bruna G. Benevides (Org).-Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

Por meio da pesquisa de campo irei pontuar na última parte do artigo as transgressões ao patriarcado, dificuldades, desafios e resistência da população trans a esse sistema com base em referenciais teóricos juntamente com as experiências e vivências dos sujeitos da entrevista. Tendo em vista que, o patriarcado ao inserir a família capitalista burguesa determina socialmente o modelo familiar e esse modelo exclui pessoas trans desde cedo, levando-os a recorrer às ruas e vidas bastante difíceis sem um amparo familiar, acarretando num ciclo de violência e preconceito que o cisheteropatriarcado naturaliza e reproduz.

Não é possível analisar a exposição à tamanha violência sem interligar a sociedade cisheteropatriarcal e todo indivíduo que fuja dessa realidade não possui espaço socialmente, sequer seus direitos básicos, gerando um problema não só social, mas também político, visto que, para conseguir sobreviver a população trans procura alternativas, inserindo-se na marginalização, drogas e prostituição, onde alimenta o sistema patriarcal que objetifica e sexualiza corpos femininos e os que determina como feminino. Segundo a Articulação Nacional de Transgêneros (ANTRA, 2017, p.18), 90% das transexuais e travestis vivem da prostituição, devido dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho por deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão no trabalho, familiar e escolar.

Diantes os dados expostos, o Serviço Social é fundamental para atuar na construção e desconstrução social para a vida da população, desde que as/os assistentes sociais estejam atualizados/os e comprometidos com o Projeto Ético Político da Profissão sobre esse debate e preparadas/os para atender a população trans, correlacionando o projeto ético-político da profissão para a contribuição na garantia de direitos de cidadania, direitos sociais e humanos, acesso à saúde, proteção social, reconhecimento social, autonomia, frente às demandas societárias.

Considerando os princípios que fundamentam as resoluções CFESS 489/06 e 845/2018, a conduta do assistente social ao atendimento à população trans, deve ser realizada de forma profissional e respeitosa. De acordo com o CRESS-MG⁸, (2022):

'[...] devemos respeitar o direito de uso do nome social, ou seja, o nome escolhido pela pessoa trans para se identificar na sociedade, bem como abster-se de utilizar instrumentos e técnicas que criem, mantenham, reforcem preconceitos à população trans, além de refutar qualquer avaliação ou modelo patologizante ou corretivo da diversidade de expressão e identidade de gênero, dentre outros.'

Em suma, esse artigo foi formado por uma temática fundamental para trazer socialmente informações sobre essa população trans, que dentro desse sistema cisheteropatriarcal, possui sua vida e seus direitos violados cotidianamente.

Mais do que amor e respeito, pessoas trans precisam de acesso à saúde, educação e direitos básicos que qualquer pessoas cis tem sem ao menos questionar.⁹

É necessário, como seres sociais, refletir e contribuir para a superação dos danos para essa população, contribuindo na luta para obterem seus direitos garantidos, igualdade, liberdade, benefícios e acesso básico como cidadão, não os invisibilizando como seres sociais, violando sua vida e seus direitos.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ENTENDIMENTO DO SISTEMA PATRIARCAL- RACISTA- CAPITALISTA

⁸ POPULAÇÃO TRANS e o papel do Serviço Social na construção de uma sociedade em que todas as pessoas tenham vontade de seguir vivendo. Disponível em: <<https://cress-mg.org.br/2022/03/17/populacao-trans-e-o-papel-do-servico-social-na-construcao-de-uma-sociedade-em-que-todas-as-pessoas-tenham-vontade-de-seguir-vivendo/#:~:text=Desse%20modo%2C%20devemos%20respeitar%20o,avalia%C3%A7%C3%A3o%20ou%20modelo%20patologizante%20ou>>. Acesso em 23 de Setembro de 2022.

⁹ 30 frases de Dia da Visibilidade Trans que enaltecem a luta LGBTQIA+. Disponível em: <<https://www.42frases.com.br/frases-dia-da-visibilidade-trans/>> . Acesso em 23 de Setembro de 2022.

O termo patriarcado é uma estrutura sociopolítica ao qual faz alusão à hierarquização masculina, o qual coloca os homens em situação de poder e dominância em várias vertentes sociais, principalmente a homens brancos, cisgêneros e heterossexuais. A etimologia da palavra patriarcado explicita a hierarquização do poder masculino em detrimento do que é considerado feminino:

Saffioti (2004) considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina.

Essa dominação não esta prescrita somente em termos de sexo e/ou gênero, do predomínio do homem sobre a mulher, assim como da cisgeneridade sobre pessoas transgêneros, .mas também em termos da orientação sexual, pondo a heterossexualidade como obrigatória, acima de outras orientações sexuais. Isso significa dizer que a heterossexualidade obrigatória é uma das bases que estrutura o cisheteropatriarcado.

O CisHetepatriarcado por ser um sistema polarizado em cima da heterossexualidade masculina cis-gênero imposta nas relações, sobressai-se hierarquicamente sobre as demais formas de identidade de gênero e orientação sexual.

O patriarcado possui uma forma de estrutura social erigida pela opressão, exploração e luta pelo poder, onde os homens dominam o sistema de produção, ou seja, o sistema capitalista, desvalorizando centralmente a figura feminina e o que é considerado feminino.

Assim, ainda que atinja outros sujeitos, a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado é

identificado como feminino, a exemplo das travestis e das mulheres transexuais (CISNE e SANTOS, 2018, p. 43).

Compreendemos, portanto, o cisheteropatriarcado como um sistema de dominação, opressão e exploração que discrimina mulheres, pessoas trans e LGBTQIA +, dentro de um princípio social machista. Esse sistema, em particular, uma base heterossexista, funciona como uma ideologia de naturalização dos sexos que leva pessoas a viverem de forma marginalizada na sociedade. Em outras palavras, o heterossexismo, põe pessoas não heterossexuais em situação de subalternidade e violências, estruturadas em uma discriminação binária opressora às pessoas que não correspondem à heterossexualidade compulsória. De acordo com Borrillo (2010, p. 31):

A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior.

Entendemos, ainda, que o patriarcado, o racismo e o capitalismo se relacionam de forma recíproca, o que Saffioti (2004) denomina de sistema patriarcal-racista-capitalista. Esse sistema considera os homens cis, especialmente, brancos e ricos, os únicos capazes de conduzir a vida política, econômica, moral e social, controlando corpos femininos e oprimindo-os. Para tanto, as pessoas consideradas femininas são tidas como seres fracos fisicamente e mentalmente. Já os homens cis, são considerados os únicos capazes de tomar decisões importantes, usufruindo os privilégios da superioridade masculina patriarcal, como o controle sobre as(os) filhas(os), sobre a propriedade privada e o corpo feminino, transformando as mulheres em objeto de satisfação sexual e reprodução.

O patriarcado tem seu fundamento na propriedade privada, ou seja, na família nuclear burguesa heterossexual. Esse modelo familiar é reproduzido socialmente em base de estruturas de gênero e opressão no capitalismo, em que determina a intensificação do trabalho e controle sobre o corpo e sexualidade feminina e também de pessoas LGBTQIA+ que representam uma ameaça ao modelo Cis-heteropatriarcal, hegemônico do heterossexismo. Cabe destacar que o processo de constituição de família nuclear monogâmica burguesa, tem como fundamento a manutenção e reprodução do capitalismo. Esse modelo de sistema familiar monogâmico é absolutamente funcional para oferecer à classe dominante “a forma mais barata possível para a reprodução de novas gerações de massas trabalhadoras” (WATERS, 1979, p. 86, tradução).

A família patriarcal monogâmica ou nuclear realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo “ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classe” (WATERS, 1979, p. 88, tradução.) Assim, a família patriarcal é uma instituição que “permite perpetuar a opressão específica das mulheres como sexo”, uma vez que o “sistema familiar está baseado na escravidão doméstica e na dependência econômica da mulher” (WATERS, 1979, p. 81, tradução nossa). Portanto, é fato que a família heteropatriarcal é uma forma de exploração econômica das mulheres, visto que realizaram trabalhos domésticos sem remuneração, cuidados dos filhos e ainda ser imposto à mesma plenitude emocional e “obrigação sexual” às mulheres. Há, portanto, o desenvolvimento de relações desiguais entre homens e mulheres, que decorrem, especialmente, da divisão sexual do trabalho, baseada nas relações patriarcais de gênero e de uma lógica heterossexista compulsória.

Nesse contexto, de divisão sexual do trabalho, as mulheres e pessoas associadas ao gênero feminino são desvalorizadas e exploradas no trabalho assalariado, além de serem marcadas por desrespeito e sujeitas a cargos com funções mal remuneradas e precarizadas, geralmente em atividades extensivas às

do âmbito doméstico. As atividades consideradas femininas a rigor, não são valorizadas como um trabalho especializado, mas vinculado a dons ou obrigações “naturais” da mulher, o que desvaloriza a força de trabalho feminina, muitas vezes, nem considerada como tal, uma vez que realiza o trabalho não remunerado de forma gratuita à reprodução social do capital. Nesse sentido:

Patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

De modo geral, a supremacia masculina imposta pelo patriarcado perpassa todas as classes sociais, estando presente na desvalorização feminina no trabalho, no âmbito familiar, acompanhado do heterossexismo imposto sobre seus corpos e também com a discriminação racial da dominação de homens brancos e ricos sobre as mulheres [...]. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres (SAFFIOTI, 1987, p. 16) na divisão sexual e racial do trabalho.

Quando falamos sobre o trabalho e a divisão sexual que é imposta, não se limitam apenas a questões voltadas ao gênero biológico homem e mulher, mas ir além de uma compreensão binarista e naturalizante dos sexos. É importante considerar que a orientação sexual e identidade de gênero/sexo não se limitam ao binarismo, como as pessoas trans. A sociedade estereotipa nichos profissionais de acordo com a orientação sexual. A divisão sexual do trabalho oprime ou mesmo exclui, uma pessoa homossexual de atuar em um nicho profissional heteronormativo imposto socialmente ou impõe que sua sexualidade seja escondida para que sejam aceitas e não sofra discriminações.

Podemos identificar, portanto, que a orientação sexual, assim como o sexo social é um ponto relevante da divisão sexual do trabalho, integrando também a

questão étnico-racial e as identidades de gênero/sexo que estruturalmente também estão inseridas nessa divisão do trabalho, como as pessoas trans.

Outro eixo estruturante do patriarcado é a violência. Nas relações patriarcais, as mulheres estão em uma posição enfraquecida e marginalizada socialmente, enquanto os homens estão em uma posição de poder. Nessa estrutura patriarcal, as mulheres são vítimas de violências múltiplas, em diferentes âmbitos, seja ele familiar, cultural, econômico, político e religioso. A violência é, também, um ato de determinação comportamental dos papéis patriarcais de gênero, resultante de um sistema estruturado pela apropriação do corpo e vida das mulheres. Essa violência é entendida como uma, “violação sistemática de direitos humanos ” (TÁBOAS, 2014, p. 99), que fere e afeta não apenas a integridade física, mas também emocional e subjetiva” (CISNE e SANTOS, 2018, p. 69).

O patriarcado e a divisão sexual de gênero criam justificativas para a violência contra a mulher, culpabilizando a vítima e procurando justificativas ao ato de violência em cima de atitudes, vestimentas, comportamento e afins das mulheres. As violências patriarcais são mediadas pelas relações sociais de raça e classe, nas quais mulheres pobres são mais vítimas do que ricas e negras mais objetificadas do que brancas. Nesse sentido, sabemos que as organizações humanas culminam na valorização da ideia de posse e propriedade, acabando por resultar em um grande número de mulheres vítimas de violência e do menosprezo à mulher, uma vez que é o sujeito central de violações da sociedade patriarcal.

Como vimos, segundo Saffioti (2004), o patriarcado é regido pela dinâmica entre controle e medo. Essa dinâmica atinge de maneira vil as mulheres e se manifesta em diversas formas de violência, como a física, a sexual, a psicológica, a patrimonial, a moral, a obstétrica e a social (CISNE e SANTOS, 2018, p.70).

Todas essas formas de violência contra a mulher ocorrem, comumente em relações pessoais ou interpessoais, porém, entendemos que extrapola esse âmbito, uma vez que a violência contra a mulher e pessoas consideradas femininas, estrutura esta sociedade cisheteropatriarcal, agredindo de maneira intensa a autoestima e saúde mental, ao qual estão inseridas em um processo de estrutura de desvalorização da mulher na sociedade patriarcal-machista. Na atualidade, por exemplo, o feminicídio cresceu arduamente, pelo qual as mulheres são mortas apenas por serem mulheres, não se limitando ao âmbito doméstico apesar de ser um lugar comum de ocorrer esse crime.

As violências não ocorrem apenas contra as mulheres cis, mas também mulheres trans, que sofrem diversos tipos de violência devido ao preconceito imposto sobre elas. Em muitos casos a violência sequer é percebida e tantas outras, ficam em subnotificação, visto que, o Estado não cumpre o papel correto de atendimento às vítimas e no investimento para prevenção e enfrentamento às violências. As delegacias especializadas e o judiciário, por exemplo, são espaços, muitas vezes, sem acolhimento e as ações para obter respostas nem sempre são rápidas e eficazes.

No Brasil, a Lei Maria da Penha é um dos avanços no que diz respeito à proteção da mulher, onde antes da Lei Maria da Penha a mulher era revitimizada principalmente se fossem mulheres Trans que eram invisibilizadas devido a uma discussão de gênero e identidade. Embora o avanço a consciência da sociedade civil tenha sido significativo, há grande culpabilização das vítimas e com a conscientização das mulheres ao qual estão se empoderando aos poucos e a Lei Maria da Penha está atingindo grande repercussão e ganhando força no reforço ao combate a violência e desvalorização do gênero na sociedade Cisheteropatriarcal.

Essa violência imposta contra as mulheres recai também em pessoas trans, o que faz o Brasil ser o país determinado com o maior índice de mortes da população

trans no mundo, segundo o Dossiê¹⁰ Assassinatos e violência contra Travestis e Transexuais brasileiras realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022).

Toda essa violência que travestis e mulheres trans estão submetidas no Brasil, se dá devido a uma herança patriarcal colonial, tal qual coloca o homem como referência de tudo gerando uma sociedade machista, opressora, desencadeando uma violência binária de gênero. A morte desses indivíduos se dá desde o início quando sofre exclusão social ao qual a comunidade LGBTQIA + está sujeita a um nível de desumanização social onde as pessoas trans são as mais afetadas. Em muitos casos, os registros de violência sobre essas pessoas acabam ficando em subnotificação e/ou ocultando a transfobia, pois por vezes, não é considerada a identidade social da vítima.

O preconceito e a violência estão em muitos casos correlacionados, se encontrando em diversos âmbitos sociais, e no mercado de trabalho essa violação de direito é frequente, visto que, a falta de inclusão dessas pessoas trans no mercado de trabalho formal desencadeia um alto índice de prestação de serviço sexual, onde se encontram vulneráveis a serem vítimas da reprodução de diferentes tipos de violência que existe de forma naturalizada no sistema cisheteropatriarcal.

E essa exclusão e falta de respeito faz com que o percurso se torne árduo para se inserir no mercado de trabalho. De acordo com a enquete sobre empregabilidade trans realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹¹ Em dezembro de 2020, 94% dos entrevistados informaram que acreditavam que o mercado de trabalho não está realmente aberto e

¹⁰ Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021/ Bruna G. Benevides (Org).-Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

¹¹ Seis em cada 10 pessoas LGBTQIA + perderam renda ou emprego na pandemia. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/seis-em-cada-10-pessoas-lgbtqia-perderam-renda-ou-emprego-na-pandemia/>> . Acesso em 23 de Setembro de 2022.

comprometido com a contratação de pessoas trans. Onde acabam se inserindo em um trabalho na prostituição onde expõe as mulheres trans e travestis, e esse tipo de violação sobre corpos trans ocorre devido ao sistema patriarcal, preconceituoso, machista e opressor, estruturado socialmente.

2.1 CISHETEROPATRIARCADO E IDENTIDADE DE GÊNERO

O gênero é uma construção social determinada historicamente, o que nos ajuda a superar o determinismo biológico que induz a um binarismo de gênero ao naturalizar que se você nasce com vagina é denominada mulher, dentro de uma figura feminina e se nasce com pênis, deve ser homem, masculino e conseqüentemente, criando as relações de dominação imposta pelo sistema patriarcal. A associação do gênero com o corpo não pode ser determinada biologicamente, por uma genitália de nascimento, pois, a mesma pode estar ou não associada com a identidade de gênero do indivíduo.

Essa determinação biológica imposta socialmente sobre a genitália acaba por reforçar estereótipos relacionando corpo a identidade de gênero, sendo que a pessoa pode se considerar com um, dois ou nenhum gênero e isso não está relacionado ao seu corpo. Como o exemplo da identidade trans, que é uma pessoa que não se identifica com o gênero que foi imposto a ele socialmente em relação com sua genitália, mas que isso não é um sinônimo de odiar seu corpo e sua identidade não irá ser interferida se sua vestimenta, corpo e genitália não sofrer alteração hormonal ou cirúrgica.

A identidade de gênero juntamente com a identidade sexual são ideologias bastante discutidas e visibilizadas no séc. XXI, mas não são a mesma coisa. De acordo com Louro (2003, p. 27):

[...] identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa.

A identidade de gênero é a identificação com os componentes de gênero, com o modelo de pessoa masculina e feminina de cada indivíduo. Os processos materiais e simbólicos dão forma ao gênero em um sistema cisheteropatriarcal, naturalizando o sexo com a genitália do nascimento e a interação com os papéis, estereótipos e comportamentos patriarcais que daí decorrem, rigorosamente associados à divisão sexual do trabalho.

No entanto, identidade de gênero se denomina além do binômio homem e mulher, contemplando outras formas, outras maneiras de se denominar feminino ou masculino, como pessoas trans, não binárias e afins, e “[...] simplesmente seguem suas vidas no contrafluxo do pertencimento de gênero que foi imposto a elas quando nasceram, sem se auto identificarem a nenhuma destas categorias” (ALMEIDA, 2015, p. 2). Já as identidades sexuais se denominam através da maneira como as pessoas vivem sua sexualidade, que vai além da identidade e sim orientação sexual, ou seja, cada experiência vivenciada individualmente voltada ao desejo, atração sexual, afetivo por pessoas do mesmo gênero e de gêneros diferentes, por ambos os gêneros ou por nenhum gênero e por todas as expressões de gênero.

O campo da diversidade sexual e de gênero abarca, assim, as identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Nesse amplo campo, a identidade de gênero vem se configurar como um elemento que reitera a distinção identitária entre travestis e transexuais, de um lado, e gays, lésbicas e bissexuais, de outro (CARVALHO, 2011).

Sobre essa perspectiva, sabemos que o campo de diversidade de gênero é desafiador, visto que discernir a diferença entre identidade de gênero e sexual é algo

determinado como tabu socialmente por está relacionado com as discriminações impostas sobre identidades de gênero que não se enquadre na identidade cisgênero que é naturalizada e determinada como correta dentro do sistema patriarcal imposto socialmente. Como determina ALMEIDA (2015, p. 2):

O fato de predominar na formação social brasileira (e de muitas outras) a concepção de que só existem dois gêneros e que as possibilidades de vida num deles depende apenas da leitura que se faz dos genitais, faz com que muitas pessoas se sintam “de fora” e busquem com empenho escapar desta forma estanque e excludente de conceber a vida humana e as relações social.

Essa determinação social que somente existem dois gêneros ainda está presente na formação política social brasileira. De acordo com o Portal G1, Brasília (2019), a advogada e pastora evangélica Damares Alves assumiu o cargo de ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e afirmou que o Brasil está em "nova era" em que "menino veste azul e menina veste rosa". Ao final da fala, a ministra foi aplaudida pelo público que a cercava em uma sala.

Essa reflexão, portanto, nos faz visualizar que em um sistema cisheteropatriarcal a determinação do gênero está interligada com sua genitália e é através dela que é imposto uma cor para associar se seu gênero é feminino ou masculino. Essa associação do corpo, genitália e cor é frequentemente usado no chá revelação do “sexo”, onde a cor que irá sair vai assimilar se a criança é menino ou menina, como citado acima pela fala de Damares.

No entanto, sabemos que a identidade de gênero é construída socialmente e que existe distinção entre gênero, sexualidade e orientação sexual. Esses sujeitos que não estão inseridos em uma determinação cisheteropatriarcal, acabam se encontrando dentro dos efeitos nocivos de um sistema patriarcal regido por preconceitos e discriminações voltados a uma ideologia sexista, patriarcal e pela

dominação-exploração do capitalismo que normaliza apenas a sexualidade e o gênero cishetero como “correto”.

2.1.1 IDENTIDADE TRANS: QUESTIONAMENTO AO BINARISMO DE GÊNERO E AO NATURALISMO

Ao falar sobre identidade trans, é importante frisar a diferença entre cisgênero e não-cisgênero. Cisgênero é a pessoa que se identifica com sua genitália e não-cisgênero são pessoas que não se identificam com sua genitália de nascimento e mais precisamente, com a identidade pré-determinada socialmente a essa genitália associada. Essas pessoas são denominadas transgêneros ou transexual.

Sabemos então, que essa diferença é um tabu, visto que a sociedade é leiga e preconceituosa, não abrindo espaço para entender e respeitar a identidade trans. Segundo Zambrano, muitas vezes, a pessoa trans é confundida como travesti ou homosexual. Para muitos a identidade trans, “provoca incômodo, estranhamento e incompreensão, induzindo a fazer tentativas para inserir essa identidade em outra já conhecida e mais inteligível” (ZAMBRANO, São Paulo, p. 97, 2011).

Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero (JESUS, 2012, p.12).

Ser trans em uma sociedade cisheteropatriarcal é bastante difícil, já que dentro dessa sociedade o corpo denominado como correto é apenas de quem possui identidade cis, mas essa ideia é incoerente, pois, como já dito anteriormente,

pode haver mulher com pênis e homem com vagina. Essa mudança corporal ela ocorre por meio de vestimentas, processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), mas essa mudança não é uma regra para toda pessoa trans.

Uma pessoa pode não ter uma aparência que você considere feminina (por exemplo, porque não mudou suas roupas ou calçados, não tem cabelos que você considere femininos e/ou tenha barba) e, ainda assim, ela pode ser considerada transexual, se este for o desejo dela. Ela pode ter essa aparência, porque não deseja de fato alterar ou porque ainda não pôde realizar estas mudanças (por motivos econômicos, por motivos de saúde, para preservar sua segurança na comunidade em que vive, para manter seu posto de trabalho ou por quaisquer outros motivos) (CFESS, 2016, p.11).

No Brasil, o espaço reservado para homens e mulheres trans é excludente, sem acesso a direitos civis, políticas públicas e respeito social, sem obter reconhecimento sobre sua identidade, conforme JESUS (2012). A discriminação com essa população acontece em todos os âmbitos sociais isso é um fato, e quando iniciam seu processo de transsexualização que reflete em mudanças corporais, nome social ou retificação nominal, vestimentas e afins, a pessoa trans acaba entrando em um ciclo de violência, violação e preconceito imposto por conta desse sistema cisheteropatriarcal.

As demandas trans são inúmeras. O seu direito à vida que deveria ser algo não inquestionável socialmente, é coagido cotidianamente. Por isso, o caminho das lutas e organização coletiva são imprescindíveis.

Apesar de todas as dificuldades que enfrentam (e talvez por elas), as pessoas trans já têm uma longa história de organização e lutas coletivas no Brasil, produzindo resistências a todas estas formas de exploração e opressão (CFESS, 2016, p. 15).

Assim, a luta dessa população é constante, tanto contra as opressões, como contra a exploração.

3. PESSOA TRANS: TRANSGRESSÃO AO PATRIARCADO, DIFICULDADES, DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

“Somos resistência e não abriremos mão da nossa existência”¹²

De antemão, é de forma explícita que o grupo LGBTQIA+ sofre com a violação de seus direitos cotidianamente, correlacionado às discriminações, preconceitos, violência. Para a população Trans essas questões recaem de uma maneira mais grave. Por estarem vivendo dentro de um sistema cisheteropatriarcal, onde a falta de informação é pertinente e a identidade trans desencadeia um incomodo social por não se encontrar dentro da normatização/naturalização do identitário cis e a orientação sexual hétero.

O primeiro ponto em que as pessoas entrevistadas durante essa pesquisa apontam que sofrem discriminação são nas questões voltadas aos seus corpos e identificação social, pois, é imposto sobre essas pessoas uma afirmação compulsória que sua validade como homem ou mulher trans dentro da sociedade patriarcal só vale se obtiverem uma passabilidade¹³ corporal, com visão cisgênero, que é realizado por meio de uma transsexualização e a obtenção da retificação do seu normal civilmente. Por isso, um dos grandes desafios para essa população é o acesso aos serviços de saúde voltados para as demandas trans:

O que eu gostaria que fosse mudado e implementado na nossa sociedade, principalmente na nossa cidade, seria o ambulatório trans, eu já ouvi que existe mas, creio que por a demanda ser muito grande eles não conseguem

¹² 30 frases de Dia da Visibilidade trans que enaltecem a luta LGBTQIA+. Disponível em: <<https://www.42frases.com.br/frases-dia-da-visibilidade-trans/>>. Acesso em 25 de Setembro de 2022.

¹³ Na comunidade de transgêneros, a **passabilidade** refere-se à percepção ou reconhecimento de uma pessoa que transicionou ou em transição como pertencente à identidade de gênero para a qual está transicionando, e não ao sexo ou gênero qual foram designado ao nascer.

dar de conta, acho que isso deveria expandir mais um pouco. [...] porque existe gente, pessoas na fila há meses, anos, que, infelizmente, não conseguiram uma consulta com endocrinologista. Infelizmente, as pessoas que não conseguem esperar por se sentirem incomodados com seu corpo e quer mudar alguma coisa, infelizmente acaba se medicando sozinho e todo mundo sabe que se medicar sozinho corre risco e é muito grande, que ficar se medicando com hormônios pode levar a coisas bem sérias (Dandara, 25 anos).

Essa realidade é infelizmente presente na vida de várias pessoas trans que possuem disforia com seu corpo e genitália biológica, visto que esse sistema alimenta a invalidação da sua identidade em cima do seu corpo por não está realizando o tratamento hormonal, acarretando a fobia ao convívio social por não se sentirem à vontade, como Dandara explica:

‘Desde o início eu sofri bastante com o início da minha transexualidade e sofro até hoje né, infelizmente existem muitos preconceitos diários que a gente tem que enfrentar então é uma luta todos os dias se levantar, é uma luta a gente existir, infelizmente. As minhas principais dificuldades é sair e me socializar, eu tenho muitos problemas pessoais, tenho bastante disforia em relação ao meu corpo, então isso interfere bastante (Dandara, 25 anos).

Contudo, sabemos que as discriminações em cima de pessoas trans ocorre em diversos âmbitos sociais, principalmente no familiar e escolar, que são os primeiros acessos do ser humano socialmente, onde ao começar a se descobrir como uma pessoa trans o receio de explicar para os familiares é imenso por medo de não receber o apoio familiar. Thadeu, explicita a dificuldade com a família por ser trans:

‘Já sofri de familiares e ainda sofro discriminação por alguns, tem que combater diariamente o preconceito com minha mãe’ (Thadeu, 27 anos).

Ao frequentar a escola, o reconhecimento como pessoa trans ocorre com mudanças corporais, vestimentas, adotando comportamentos diferentes. Isso faz com que o sujeito se sinta oprimido por não obter respeito dentro do seu ambiente escolar, Isso também ocorre pela falta de informação não implementada nas escolas e no ambiente familiar para crianças, sobre essas diferenciações de gênero, sexo, genitália, identidade de gênero. Portanto, acaba acarretando uma reprodução de violência/preconceito e até mesmo ao não reconhecimento com sua própria identificação no decorrer do seu crescimento e melhor inclusão das pessoas trans socialmente. Nesse sentido, Thadeu ressalta:

Acredito que o primeiro passo é na educação das crianças, ensinar que existem diversas formas de ser e que temos que respeitar todas elas, as crianças moldam a sociedade, essa evolução é necessária para que no futuro possamos ter uma maior aceitação e entendimento (Thadeu, 27 anos).

Segundo Zambrano (2011), a primeira vivência discriminatória de transexuais costuma a ser semelhante com a pessoas da comunidade LGBT, pois as agressões físicas e verbais começam dentro do âmbito escolar por seus colegas de classe, devido a todo esse processo de descoberta identitária, acabando por serem forçados, muitas vezes, a saírem da escola devido às agressões e preconceitos. Sobre as dificuldades na vivência escolar, relata Dandara:

A minha vida escolar foi bastante complicada e muito conturbada, desde criança sempre sofri bullying e sempre tive disforia com meu corpo, então eu nunca quis e senti vontade de fazer parte desses grupos escolares". (Dandara, 25 anos)

Essas informações quando não se é levada socialmente como uma forma de transformar a sociedade e de combater esse sistema cisheteropatriarcal, acaba por gerar ações de violação sobre a população trans que se naturalizam, acarretando em episódios de transfobia.

O risco de uma pessoa transgênero ser assassinada por transfobia, para se ter uma ideia, é 14 vezes maior que o risco de um gay ser assassinado por homofobia. O preconceito acontece na escola, nas ruas, dentro de casa (Rosa Luz, mulher transexual, negra e a afro-latina)¹⁴.

Quando uma pessoa trans é agredida, morta, ou sofre preconceito, ela se despedaça por inteiro. As diferentes formas de discriminação a essa população se dá pelo olhar, onde as pessoas usam a lente do sistema patriarcal para tratar essas pessoas como anormais, as colocando em uma posição de inferioridade e exclusão, onde ocorre violações/violências institucionais dentro de serviços que deveriam ser de garantia de direitos.. O Estado que deveria possuir políticas públicas efetivas para o amparo dessa população em caso de transfobia, muitas vezes, se articula aos agressores com esse olhar discriminatório e conservador para revitimizar as vítimas.

É uma luta todos os dias a gente se levantar, é uma luta a gente existir. [...] Já sofrer discriminação, eu acho que o Brasil como tá né, infelizmente nos temos que correr o risco todos os dias, a nossa existência é bastante complicada, a gente tem que resistir todos os dias (Dandara, 25 anos).

De antemão, essa resistência também é uma pauta de sobrevivência junto a subsistência, pois além do âmbito familiar, escolar e social, o mercado de trabalho coage e inibe as pessoas trans de acessibilidade a vagas empregatícias, por esta imerso dentro de uma realidade cis-heteronormativa transfóbica, retirando o direito civil do ser humano de possuir um trabalho digno, de viver, pois infelizmente, além de preconceituoso o sistema é capitalista. Assim, uma das maiores dificuldade das pessoas trans, é a garantia e permanência em um trabalho, para garantir sua sobrevivência, como os depoimentos dos(as) entrevistados(as) revelam:

¹⁴⁷ dificuldades reais oficiais enfrentadas por pessoas transexuais. Disponível em: < <https://capricho.abril.com.br/comportamento/7-dificuldades-reais-oficiais-enfrentadas-por-transexuais> > . Acesso em 25 de Setembro de 2022.

Além de terem dificuldades na hora da entrevista, muitas trans conseguem a vaga, mas acabam não sendo respeitadas dentro do ambiente de trabalho (Madu Krasny)¹⁵

Sempre que preciso buscar trabalho é bem complicado. [...] muitas vezes tenho que estar corrigindo as pessoas, insistindo exigindo meu respeito'. (Thadeu, 27 anos)

No trabalho também, sempre houve e sempre vai haver, infelizmente, conflitos, pessoas preconceituosas, pessoas que não entendem, que não respeitam (Dandara, 25 anos).

Referente à fala dos(as) entrevistados(as) podemos visualizar que as formas de lutas da população trans e como resistir a esse sistema cisheteropatriarcal é algo indispensável em seu cotidiano. É pouca a porcentagem de pessoas na sociedade brasileira que possui uma desconstrução referente aos estigmas, tabus e preconceitos inseridos na sociedade em relação às pessoas trans.

Cabe então, ao Governo junto com o Estado inserir legislações, métodos de informação de abrangência sobre os diferentes tipos de identidade e a superação da relação estreita e biologizante entre genitália e gênero. É preciso, por exemplo, trabalhar uma política educacional inclusiva e na implementação de hospitais especializados à comunidade trans, com profissionais que possuam preparo para receber de maneira empática e respeitosa essa população, junto com a garantia de seus direitos civis básicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵ 7 dificuldades reais oficiais enfrentadas por pessoas transexuais. Disponível em: < <https://capricho.abril.com.br/comportamento/7-dificuldades-reais-oficiais-enfrentadas-por-transexuais/> > . Acesso em 25 de Setembro de 2022.

“O meu nome eu escolhi/O meu corpo eu descobri/Eu nasci ali/Meu rosto aberto/Me vejo de perto/Eu me procurei/Eu nasci ali” (TUYO. part. XAN, 2021)

A música acima citada remete toda essa trajetória de transformação e reconhecimento da identidade de gênero trans, ao qual trouxe no presente artigo, diferentes formas de luta e resistência ao sistema cisheteropatriarcal, que é um sistema regido de transgressões e violações sobre a população trans em seu cotidiano, onde busquei relatar as vivências das pessoas trans em sua particularidade, mostrando as dificuldades que perpassa dentro de suas relações sociais, familiar, trabalhista e escolar.

Portanto, observei como a sociedade se encontra presa dentro de um olhar preconceituoso e da ausência de políticas públicas articuladas que acolham as demandas da população trans. Uma sociedade que trata apenas como “normal” pessoas que se encontram dentro de uma cisheteronormatividade compulsória, frisando as desigualdades que o patriarcado impõe sobre as relações de gênero e a objetificação em cima de corpos considerados femininos.

Ao estarmos inseridos(as) em um ciclo onde seu corpo irá determinar sua posição dentro de dominação, as pessoas trans são as que mais sofrem, visto que sua identidade e seu corpo fazem parte de uma construção social, não dentro de uma percepção da cisgeneridade. Portanto, as reflexões apontadas em cima das entrevistas e embasamento teórico, trouxe como objetivo a reflexão em cima estrutura cisheteropatriarcal ao qual está inserida dentro de uma perspectiva capitalista, transfóbica e familiar tradicional burguesa.

Por ser casada com um homem trans consigo visualizar os diversos modelos de violações e inibição de seus direitos, e me insiro na luta pela busca de respeito e representatividade dessa população, que se encontra dentro de um país e uma sociedade regida pelo despreparo de informação social e despreparo governamental, que não atua a favor da efetivação de leis, hospitais, direitos civis e básicos, para melhorar a vida dessa população socialmente.

O Brasil por ser o país que mais mata pessoas trans no mundo, deveria existir primordialmente ambientes que tratasse das demandas dessa população com um olhar empático e respeitoso, para que assim as pessoas trans conseguisse se inserir em um mercado de trabalho digno sem precisar recorrer a venda de seu corpo como forma de subsistência. Frisando também, na importância do ensino desde cedo sobre identidade de gênero nas escolas e no ambiente familiar para que não sofram preconceito em seu processo de descoberta e transexualização por familiares e crianças/adolescentes dentro da escola, para não resultar no alto índice de evasão escolar.

Por fim, corroborando com articulação dos profissionais com a temática em tela, as(os) assistentes sociais atuam dentro dessa luta pela causa LGBTQIA+, articulando seu projeto ético-político da profissão, trabalhando na construção de respeito. “RESISTIR É VIVER”

REFERÊNCIAS

ALVES, L.N. **Hegemonia heterossexista, lutas antipatriarcais e partido político: introdução ao debate teórico**. Cadernos cemarx, nº 10 – 2017.

AINA. Identidade de gênero: o que é e que tipos existem. **Psicologia-Online**, 2021. Disponível em: <http://br.psicologia-online.com/identidade-de-genero-o-que-e-que-tipos-existem-522.html> >. Acesso em 11 de Agosto de 2022.

AMORIM, M. S. M. Alves. **Interseccionalidade, sexualidade e identidade de gênero: Um estudo exploratório sobre territórios e territorialidade da comunidade LGBTI+ em Belo Horizonte**. Minas Gerais, 2019.

ANTRA. **Travestis e Transexuais no Brasil no ano de 2017**. Brasil, 2018.

ANTUNES, G.L.; MELO, A. **Patriarcado, Raça e Capitalismo: O Heterossexismo como padrão de dominação, opressão e exploração**. *Emblemas*, v. 18, n. 1, 67 - 80, jan. – jun. 2021.

BENEVIDES, G. Bruna. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**.(Org).-Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. **A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração**. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama*, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

BRONZE, Giovanna. Seis em cada 10 pessoas LGBTQIA + perderam renda ou emprego na pandemia. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/seis-em-cada-10-pessoas-lgbtqia-perderam-renda-ou-emprego-na-pandemia/>>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

Caso Dandara dos Santos. **Wikipedia** .Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Dandara_dos_Santos#:~:text=Em%20um%20segundo%20v%C3%ADdeo%20Dandara,Morreu%20com%2042%20anos%20de>. Acesso em 22 de Setembro de 2022.

CFESS. **Transfobia - Série Assistente Social no Combate ao Preconceito - Caderno 4**. Brasília (DF), 2016.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. — São Paulo : Cortez, 2018. — (Biblioteca básica de serviço social ; v. 8).

Disforia de gênero. **Wikipédia**. 2013. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Disforia_de_g%C3%AAnero>. Acesso em 07 de Dezembro de 2022.

DEWES, J. Osvaldo. **Amostragem em bola de neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. Porto Alegre, 2013.

Diversidade sexual e homofobia no Brasil. [organizadores Gustavo Venturi, Vilma Bokany]. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 252 p. : il.

7 dificuldades reais oficiais enfrentadas por pessoas transexuais. **Capricho**, 2019. Disponível em: <<https://capricho.abril.com.br/comportamento/7-dificuldades-reais-oficiais-enfrentadas-por-transexuais/>> . Acesso em 25 de Setembro de 2022.

Em vídeo, Damares diz que ‘nova era’ começou: ‘ meninos vestem azul e meninas vestem rosa’. **Portal G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> > . Acesso em: 07 de Setembro de 2022.

FERREIRA, Yuri. Patriarcado e violência contra a mulher: uma relação de causa e consequência. **Hypeness**, 2021. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2021/03/patriarcado-e-violencias-contra-a-mulher-um-a-relacao-de-causa-e-consequencia/> > . Acesso em: 01 de Agosto de 2022.

30 frases de Dia da Visibilidade trans que enaltecem a luta LGBTQA +. **42 Frases**. Disponível em: <<https://www.42frases.com.br/frases-dia-da-visibilidade-trans/>> . Acesso em 25 de Setembro de 2022.

Heteropatriarcado. **Wikipédia**, 2022. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Heteropatriarcado> > . Acesso em: 26 de Julho de 2022.

JESUS, J. Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

MARINHO, S. **Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva**. Revista Katálysis, 2018.

NETTO, J. Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

No contrafluxo: pessoas trans como personagens cotidianos. **CRESS. Conexões Gerais**. Belo Horizonte, ano 22, n. 70, p. 2, 1. sem. 2015. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/publicacoes/Home/Lei/48>>. Acesso em 2 de Setembro de 2022.

O atendimento de pessoas trans na Atenção Primária à Saúde. **SBMFC, Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, 2020. Disponível em: <<https://www.sbmfc.org.br/noticias/o-atendimento-de-pessoas-trans-na-atencao-primaria-a-saude/>>. Acesso em 31 de Agosto de 2022.

PORFÍRIO, Francisco. "Materialismo histórico". **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/m.brasile scola.uol.com.br/amp/sociologia/materialismo-historico.htm>>. Acesso em 29 de Agosto de 2022.

POPULAÇÃO TRANS e o papel do Serviço Social na construção de uma sociedade em que todas as pessoas tenham vontade de seguir vivendo. **CRESS**, 2022. Disponível em: <<https://cress-mg.org.br/2022/03/17/populacao-trans-e-o-papel-do-servico-social-na-construcao-de-uma-sociedade-em-que-todas-as-pessoas-tenham-vontade-de-seguir-vivendo/#:~:text=Desse%20modo%2C%20devemos%20respeitar%20o,avalia%C3%A7%C3%A3o%20ou%20modelo%20patologizante%20ou>>. Acesso em 23 de Setembro de 2022.

SANTOS, João. Cultura do patriarcado e desigualdades históricas entre os sexos são vetores de uma epidemia de violência contra a mulher. **Instituto Humanista Unisinos**, 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/586504-cultura-do-patriarcado-e-desigualdades-historicas-entre-os-sexos-sao-vetores-de-uma->>. Acesso em: 01 de Agosto de 2022.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANZ, Beatriz. O que é identidade de gênero? Como isso impacta na vida das pessoas?. **UOL**, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/11/17/o-que-e-identidade-de-genero-como-isso-impacta-na-vida-das-pessoas.htm>>. Acesso em 31 de Agosto de 2022.

TÁBOAS, Í. D. M. Zornoff. **Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

VEIGA, Edilson. O que faz o Brasil ser líder em violência contra pessoas trans. **UOL Notícias**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/07/01/o-que-faz-o-brasil-ser-lider-em-violencia-contra-pessoas-trans.htm>> . Acesso em 11 de Agosto de 2022.

Vendedor transexual é encontrado morto após sumir de casa em Salvador. **G1**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/transexual-e-encontrado-morto-apos-sumir-de-casa-em-salvador.ghtml>>. Acesso em 22 de Setembro de 2022.

WATERS, M. Alice. **Marxismo y Feminismo**. 2. ed. barcelona: fontamara, 1979.

APÊNDICES

- **PERFIL DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)**

Homens e Mulheres Trans, de 20 a 30 anos.

- **TCLE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Artigo Científico Mercado de Trabalho para as Pessoas Trans em Mossoró – RN, do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Discente responsável pelo Artigo: Victória Aryadne Negriz Gaspar.

Eu, _____, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, concordo em participar da pesquisa, pois estou ciente que terei todos os meus direitos abaixo relacionados:

- O recebimento de todos os esclarecimentos sobre as perguntas formuladas, antes e durante a pesquisa, tendo livre respaldo para me afastar a qualquer momento.
- A não identificação nominal, mantendo todo o teor da informação, sabendo que a entrevista será convertida a um Artigo Científico, além de suscitar novas produções a partir dos resultados obtidos.
- A ausência de despesa material ou financeira durante a participação na entrevista, que por sua vez poderá ocasionar um risco mínimo (desconforto, constrangimento) durante a entrevista, sendo orientado de forma ética e clara, para que não exista nenhum dano e o mesmo tenha todos os direitos assegurados.
- A garantia de que os resultados não acarretaram prejuízo individual ou coletivo aos sujeitos envolvidos.

• A segurança de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção do Artigo Científico, ficando sobre responsabilidade da discente. O entrevistado tem direito de requisitá-lo.

• A certificação de que o presente trabalho está de comum com o que reage a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta pesquisa com humanos em todo o seu corpo de requisitos.

Tenho ciência do exposto acima e desejo participar da entrevista.

_____/RN/_____/_____/_____

• ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERFIL

Idade _____

Identidade étnico-racial _____

Escolaridade: _____

Orientação sexual _____

Identidade de gênero _____

Trabalha? () não () sim Formal () Informal ()

Renda familiar: _____

Religião () sim _____ () não

Milita em alguma organização política? () não () sim. Qual?

Com quem você mora?

• ROTEIRO DE PERGUNTAS

1. Como foi/é sua experiência de transexualização?
2. Na sua experiência de vida, quais as principais dificuldades que você enfrenta? Já sofreu algum tipo de violência ou discriminação, se sim, como foi?
 - 2.1 Como foi sua vida escolar?
 - 2.2 No trabalho, houve alguma dificuldade?
3. O que você acha que deveria ser mudado ou implementado na sociedade para melhor inclusão das pessoas trans?